**Uma teoria dinâmica do apoio à democracia: lições a partir das eleições de 2018 no Brasil**

Gabriel Avila Casalecchi

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Filipe Vicentini Faeti

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Daniel Leonel da Rocha

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

**Resumo:**

**Palavra-chave:**

**1. Introdução**

Ancorada na matriz eastoniana da teoria da legitimidade democrática, grande parcela das pesquisas sobre o apoio à democracia parte do pressuposto de que essa é uma atitude relativamente estável, formada nos primeiros estágios de socialização política, ainda na juventude, e que conformaria uma atitude política difusa – uma espécie de “reservatório de legitimidade” – responsável por preservar a legitimidade do sistema, mesmo diante de atitudes específicas negativas, como a desconfiança nas instituições ou a má avaliação dos atores políticos (Easton, 1965; Easton & Dennis, 1969).

Nossa pesquisa desafia esse pressuposto, com base em três argumentos. O primeiro, e mais geral, é o de que o apoio à democracia não é uma atitude tão estável quanto supõe a tradição eastoniana da literatura. Na verdade, ela pode oscilar dependendo de dois fatores, principalmente: do fluxo informacional do ambiente político, isto é, a quantidade de informação que circula em meio à opinião pública; e da posição relativa dos eleitores em função da vitória ou derrota dos candidatos preferidos.

De forma específica, argumentamos que em ambientes de maior polarização política das elites o assunto “democracia” se torna mais saliente, intensificando o fluxo informacional relativo ao tema na opinião pública. Quando isso acontece, os eleitores se sentem estimulados a formar sua própria opinião (Zaller, 1992).

Essa dinâmica acontece principalmente em períodos eleitorais e em eleições polarizadas. Ao competir por votos, candidatos e partidos normalmente se rotulam como legítimos “defensores da democracia”. Ao fazê-lo, o tema passa a ganhar pauta e a circular nos principais meios de comunicação. Com o aumento do fluxo de informação, eles são estimulados a pensar sobre o tema e então a assumir uma posição. Essa dinâmica pode ser intensificada em eleições polarizadas onde políticos e partidos são estimulados a fortalecer sua identidade perante o adversário: quanto mais acentuada a polarização, maior a necessidade da elite de delimitar fronteiras ideológicas e, consequentemente, maior o estímulo para que os eleitores também façam o mesmo.

O segundo impacto de eleições polarizadas, para além do aumento do fluxo informacional, é a potencialização do efeito “*Losers' Consent*” (Anderson, et. al., 2005). Quanto mais antagônica a disputa eleitoral, maior o sentimento de frustração dos eleitores cujos candidatos foram derrotados e, ainda mais importante, maior a aversão construída em torno do candidato adversário que se sagrou vencedor. Uma consequência direta dessa dinâmica é que os “derrotados” da batalha eleitoral tendem a ser mais críticos da democracia que agora está “nas mãos” do partido rival. Espera-se que o efeito inverso também aconteça: que os eleitores vitoriosos formem uma visão mais positiva da democracia e, com efeito, passem a apoiá-la fortemente.

Aplicamos esses argumentos em um caso específico: as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. De forma geral, há certo consenso de que, ao menos no nível das elites e dos partidos políticos, esta foi uma das eleições mais polarizada dos últimos tempos, com a emergência de um candidato mais à extrema-direita, Jair Bolsonaro, antagonizando com

Fernando Haddad, representante da esquerda e “herdeiro” direto da gestão do Partido dos Trabalhadores e seu principal líder, o ex-presidente Lula.

Para isso, utilizamos os dados de uma pesquisa online em painel, realizada pela plataforma Qualtrics e aplicada pelo instituto NetQuest[[1]](#footnote-1). Trata-se de uma amostra por cotas – gênero e região – e conta com 6025 respostas. Esse painel é composto por cinco rodadas de entrevistas distribuídas entre os meses de julho de 2018 e janeiro de 2019.

O principal resultado da pesquisa é que as atitudes em relação a democracia são passíveis de variação em um curto espaço de tempo e que o resultado das urnas afeta as atitudes democráticas, de maneira que, entre os eleitores vencedores, existe maior apoio, e entre os perdedores, existe menor apoio a democracia.

O restante do artigo está dividido da seguinte forma: fora essa introdução, existem três seções teóricas, onde revisitamos as teorias que justificam nossos argumentos; em seguida, uma seção metodológica na qual descrevemos o banco de dados da pesquisa, as variáveis e os testes estatísticos utilizados; a seção de resultados e discussão; e, por fim, a conclusão na qual tratamos de limitações e agenda futura.

**2. Uma visão “estática” do apoio à democracia**

A matriz teórica mais relevante e difundida entre estudiosos do comportamento político sobre a legitimidade democrática foi inaugurada por Easton (1965, 1971), muito embora outras pesquisas também tangenciassem o tema (Lipset, 1969; Almond e Verba, 1963). Diferentemente de muitos estudiosos da época, cujo enfoque era essencialmente normativo, Easton conferiu uma abordagem analítica à legitimidade política. Em linhas gerais, ele propôs que o apoio a um sistema político deveria ser analisado sob duas dimensões, ao menos: uma específica e outra difusa. O apoio específico diz respeito à avaliação mais concreta e imediata da vida política, isto é, ao suporte que os cidadãos conferem às políticas públicas e decisões cotidianas dos atores políticos de um governo. O apoio difuso, por sua vez, refere-se não tanto ao que os governos fazem, mas sim ao que eles representam dentro do sistema político como um todo. Trata-se, nesse sentido, do apoio ao conjunto das regras e dos princípios que regem, de forma mais ampla, o sistema político no qual atuam os atores políticos e as instituições.

A subdivisão proposta por Easton tem implicações tanto sobre os efeitos do apoio político como também sobre sua origem. Quanto aos efeitos, ainda que estejam correlacionados, apoio específico e difuso pode variar de forma relativamente independente. Isso significa, por exemplo, que um cidadão pode ao mesmo tempo, detestar um governo ou ator político, mas defender o regime político no qual eles atuam. Esse argumento foi o pilar teórico sob o qual Norris (1999, 2011) construiu seu elegante argumento do "cidadão crítico" ou do "democrata insatisfeito" que foi desenvolvido em pesquisas posteriores (Dalton, 2004; Booth e Seligon, 2006).

Assim como as diferentes formas de apoio político podem variar de forma relativamente independente, os seus determinantes também. Para Easton, o apoio específico é uma atitude próxima do que Almond e Verba (1963) classificavam como uma "orientação avaliativa" e estaria altamente correlacionada com a aprovação ou desaprovação dos indivíduos em relação aos *outputs* políticos. Nesse sentido, apoiar ou não determinados atores políticos, dependeria, essencialmente, da experiencia do indivíduo enquanto cidadão, isto é, da relação entre suas demandas e a capacidade do "governo do dia" em supri-las de maneira satisfatória.

O apoio difuso, por sua vez, tem outra origem. Ele seria formado mediante um processo de socialização política, ainda na infância e na adolescência, por meio de agentes como a família, a igreja e escola. Assim, antes mesmo de exercerem atividades estritamente políticas (como o voto ou outras formas de participação), as crianças seriam ensinadas por seus pais, professores e líderes religiosos a respeitarem as ‘autoridades’, incluindo as políticas. Diferentemente do apoio específico, que se resume a uma avaliação pontual, o apoio difuso estaria mais próximo de uma ‘orientação atitudinal’ (Almond e Verba, 1963), ou seja, a uma atitude construída em torno de crenças e valores capazes de resistir às mudanças típicas da conjuntura política no tempo.

Isso não quer dizer que o apoio difuso seja imutável. Easton (1965) costumava a se referir a ela como uma espécie de ‘reservatório’. Na medida em que o apoio específico ao sistema político é minado por atores ineficientes, incompetentes e corruptos, a ‘reserva’ de legitimidade tende a diminuir, mas não a acabar. É ela, portanto, que sustenta a adesão ao regime político, como a democracia, em período ruins, de desconfiança e descrença generalizada em torno do governo e das instituições. Nada garante, no entanto, que o ‘reservatório’ possa ter fim um dia, caso o declínio do apoio específico permaneça constante e indiferente às variações dos atores e governos.

Apesar da ponderação, fato é que, na concepção eastoniana, o apoio à democracia é uma atitude que não muda ‘ao sabor dos ventos’. Embora Easton seja frequentemente lembrado com grande teórico do sistema político, vale recordar que ele também tem pesquisas pioneiras na área da socialização política (Easton e Hess, 1962; Easton e Dennis, 1967, 1969). Utilizando *surveys* e entrevistas qualitativas aplicadas a crianças e adolescentes, Easton e colaboradores vão desafiar a sabedoria convencional da época, de que a política não fazia parte do universo infantil. Pelo contrário, ele observou que a maioria dos jovens já tem uma forte inclinação ideológica, democrática e partidária antes mesmo de completar o ginásio. Essa inclinação pode oscilar na vida adulta, mas dificilmente muda de direção (Easton Dennis, 1969).

Na seção seguinte, descrevemos uma visão teórica alternativa a esta, baseada, por um lado, na teoria da opinião pública de Zaller (1992) e, por outro, nas pesquisas mais recentes sobre psicologia e socialização política.

**3. Uma visão dinâmica do apoio à democracia**

Uma visão alternativa parte de outra matriz importante, a da dinâmica da mudança da opinião pública, proposta de forma consolidada por Zaller (1992). O argumento geral do autor é simples, porém poderoso: ao contrário do que se supõe, os indivíduos muitas vezes não têm opiniões cristalizadas sobre os assuntos políticos, principalmente aqueles que envolvem alguma dose de “sofisticação”, como, por exemplo, a ideologia ou, em nosso caso, a democracia. Assim, quando solicitados a dar uma opinião em um *survey*, eles não expressam uma opinião estabelecida. Na verdade, ele a “constrói” buscando em sua mente o que há de mais saliente em termos de informação.

Quando isso acontece, o contexto político, particularmente o fluxo de informações políticas, passa a ser um elemento fundamental na construção da opinião. Esse fluxo, por sua vez, é determinado em grande medida pelo confronto entre as elites políticas e, posteriormente, pautado pela mídia. Assim, alguns assuntos que simplesmente não faziam parte do cotidiano da grande maioria das pessoas, tornam-se “salientes” quando colocadas em debate público e divulgado pela mídia. Esses processos acontecem, normalmente, diante de eventos sociais e políticos ou então em períodos eleitorais.

Embora Zaller não tenha tratado especificamente da legitimidade ou do apoio à democracia, acreditamos que seu *insight* pode ser uma poderosa ferramenta analítica também nesse campo. Embora exista, obviamente, uma “intuição” do que seja a democracia, parece-nos plausível supor que esse não seja um tema presente no cotidiano do “cidadão comum”. Não faz parte do seu dia a dia refletir sobre o que é a democracia, como deveria ser a democracia, muito menos teorizar sobre os atributos que qualificam os países e os cidadão como mais ou menos democráticos.

Por essa razão, em um contexto normal, em que a democracia não é alvo de discussão das elites políticas, não deveríamos cobrar dos indivíduos uma visão complexa sobre o regime democrático, nem uma posição sólida e fundamentada sobre a sua adesão. Devido a expansão democrática no último século e as batalhas sangrentas contrarregimes totalitários, a palavra “democracia” ganhou, no senso comum, uma conotação positiva, uma espécie de “valor” (Sen, 1992; Inglehart, 1999). Com raras exceções, podemos dizer que na maioria dos países democráticos hoje, declarar-se explicitamente contrário à democracia e favorável a alternativas autoritárias é algo, para dizer o mínimo, constrangedor. O mais provável, supomos, é uma adesão superficial, baseada principalmente no viés de desejabilidade social do termo.

Sem um evento catalizador, não há motivos para supor uma mudança. Entretanto, ela pode ser desencadeada quando as elites políticas passam a disputar a hegemonia em torno do que é “ser democrático” ou do que é uma “democracia”. Isso pode acontecer diante de eventos políticos e sociais – por exemplo, um atentado terrorista, uma grande manifestação social, crises econômicas agudas etc. – ou então, mais rotineiramente, no contexto eleitoral, quando candidatos e partidos disputam votos.

Nem sempre o contexto eleitoral irá pautar o tema da democracia. Porém, em determinados contextos, tornar-se o porta voz “legitimo” da democracia é tão ou mais relevante do que ser o porta voz da melhor política pública de combate às drogas, ao crime, ou à fome, por exemplo. Nosso argumento é que isso tende a acontecer em eleições polarizadas. Para fins desse trabalho, definimos polarização de forma simples, como a distância ideológica entre os partidos ou candidatos mais competitivos sobre temas que mobilizam a opinião pública. Ou seja, quanto mais à “esquerda” e mais à “direita” os dois *players* mais relevantes da eleição, mais polarizada ela será.

Quanto maior a polarização, maior a necessidade de se delimitar uma fronteira clara da identidade entre grupos envolvidos, o famoso “nós” contra “eles”. Nesse momento de formação das identidades, mais do que políticas públicas específicas, entra em jogo, também, a própria legitimidade do sistema político. É importante para partidos e candidatos se rotularem como “defensores da democracia”, levantando diferentes argumentos que justifiquem essa posição perante o eleitorado.

É durante esse processo de intensificação do fluxo informacional, no qual o tema

“democracia” se torna saliente, que os eleitores formam uma opinião. Esse argumento não está em contradição com as teorias mais recentes da socialização política, pelo contrário, ela é, em larga medida, corroborada por ela. Como vimos, quando Easton (1965) desenvolveu a sua teoria da legitimidade política, os estudiosos da socialização defendiam que a maior parte das atitudes políticas, ao menos aquelas mais estruturais, como a identificação ideológica, a tolerância e até mesmo o partidarismo, surgiam muito cedo na vida, ainda na adolescência e na juventude, por meio de agências socializadoras tradicionais, como a família, a escola e a igreja, por exemplo. Uma vez formada, as atitudes seriam cristalizadas na vida adulta, porém dificilmente mudariam.

No entanto, as pesquisas mais recentes de socialização política têm questionado esse pressuposto, afirmando que as atitudes são, na verdade, muito mais flexíveis e abertas às experiências da vida adulta do que se supunha. Por exemplo, há evidências de que a universidade ou o ambiente de trabalho podem atuar como importantes agências socializadoras, tão relevantes quanto a própria família ou as escolas. Estudos comparados de países que vivenciaram transições políticas têm demonstrado que todas as coortes passam por mudanças de atitudes políticas e não apenas as coortes mais jovens que, supostamente, estariam na fase de formação das atitudes (Mishler e Rose, 1999, 2001). Por fim, pesquisas também têm demonstrado que até mesmo eventos mais pontuais e específicos, como ondas de eventos terroristas ou desastres ambientais, são capazes de modificar atitudes como a confiança no governo, nas instituições e na própria democracia, independentemente da idade ou coortes dos indivíduos.

**4. Eleições 2018 e o efeito “*Losers' Consent*”**

Se há razões para acreditar que o apoio à democracia não é tão estável quanto se supunha, é importante estudá-lo tendo em vista um contexto de polarização. Acreditamos que a eleições de 2018 no Brasil é um bom ‘laboratório’ nesse sentido. A insatisfação do eleitorado às respostas políticas do enfrentamento da crise social e econômica da última década; a baixa avaliação e confiança dos eleitores em relação aos partidos políticos em razão do envolvimento em corrupção; a judicialização da política com a operação lavajato; o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Lula; constituem uma cadeia de eventos única, que modificou a competição PT e PSDB, esvaziando este último e alçando em seu lugar um candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro – PSL.

Para se apresentar como *antistabilishment,* Bolsonaro aliou um discurso de moralidade política e de valores tradicionais como o porte de armas, contrariedade a políticas LGBTQI+ e da laicidade do Estado, se colocando como a única opção viável ao eleitorado conservador naquele pleito. Sob o mote ‘a democracia é o governo da maioria’, prometeu defender a família e a propriedade privada, colocando-se como porta-voz da bandeira ‘anti-corrupção’, ‘anti-esquerda’ e ‘anti-petista’.

Ao mesmo tempo que Bolsonaro emergia, o sistema político partidário brasileiro se desmantelava com o avanço da operação lava-jato. No encaminhar das investigações, a operação chegou não somente em Lula, que se tornou inelegível para o pleito de 2018, mas também em Aécio Neves, e a parlamentares de diferentes legendas. A desconfiança nas instituições, como o Congresso e os partidos, chegou a níveis recordes de declínio no Brasil, conforme série histórica do Latinobarômetro (2016).

Pesquisas recentes têm se esforçado para identificar o papel das diferentes forças sociais e políticas que contribuíram para esse cenário, desde o antipartidarismo (Fuks, Ribeiro e Borba, 2020), antipetismo (Paiva, Krause e Lameirão, 2016; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016; Samuels e Zucco 2018), a simbiose entre o conservadorismo e liberalismo econômico (Rennó, 2020) e o voto religioso (Ferreira e Fuks, 2021). Independentemente de qual seja a variável mais relevante, acreditamos que a soma de todas elas pôs fim a competição PT *versus* PSDB e tornou, pela primeira vez desde a redemocratização, um candidato da extrema-direita eleitoralmente competitivo.

A reorganização das forças políticas foi acompanhada de uma reorganização das bases sociais. Segundo Fuks e Marques (2021), após um longo período de ação discreta sobre o comportamento político dos brasileiros, a oferta de um candidato viável de extrema-direita favoreceu o alinhamento entre a ideologia e a escolha eleitoral em 2018. De forma semelhante, Singer (2022) defendeu que a candidatura de Bolsonaro, e sua postura radical, selou o fim do período de despolarização da política vivenciado no lulismo, ‘reativando’ o conservadorismo de parcela dos eleitores.

Reflexo desses movimentos, a política se tornou mais polarizada no Brasil. Com base em diferentes bancos de dados, Ortellado et. al. (2022) encontraram evidências da polarização ao menos em três sentidos consagrados do temo: polarização das opiniões em relação a temas controversos; polarização das identidades políticas e a polarização afetiva, ao menos entre os estratos mais sofisticados dos eleitores.

Por todas essas razões, acreditamos que 2018 foi uma eleição ímpar para investigar o efeito da polarização sobre as atitudes políticas. Como já havíamos dito, nossa hipótese é que eleições como essa são eventos capazes de intensificar o fluxo de informações a respeito do tema ‘democracia’, favorecendo sua volatilidade entre os eleitores. Essa volatilidade, no entanto, não é aleatória, ela depende, fundamentalmente, do efeito “*Losers' Consent*”. Anderson e Guillory (1997) observaram que embora a democracia proporcione oportunidades iguais de participação, ela também produz resultados inevitavelmente desiguais, na medida em que sempre haverá uma maioria vitoriosa e, inversamente, uma minoria perdedora. Essa dinâmica, inerente à democracia, produz uma clivagem marcado por *vencedores* e *perdedores*. Cada um dos polos tem estímulos diferentes para reagir ao jogo democrático. Ao eleger seu candidato ou partido, os vencedores acreditam que suas reivindicações serão ouvidas pela autoridade política. Os perdedores, por sua vez, não se sentem representados e receiam não ter as demandas atendidas. São eles, portanto, que recebem os maiores incentivos para avaliar negativamente o regime político.

Utilizando dados do Eurobarômetro, Anderson e Guillory (1997) demonstraram que as chances de estar satisfeito com a democracia é significativamente maior entre um eleitor cujo candidato ou partido ganhou as eleições do que aquele que perdeu. Pesquisas posteriores sustentam esses resultados em outros períodos (Anderson e LoTempio, 2002.

Singh, Karakoçe e Blais, 2012) e em outras regiões, como a América Latina (Rennó, 2011; Vairo, 2012) e o Brasil (Braga e Casalecchi, 2016).

Em suma, considerando o contexto de polarização das eleições de 2018 e das pesquisas discutidas acima, nossa hipótese é que, ao contrário do que poderia supor o senso comum, os eleitores de Bolsonaro têm muito mais motivos para declararem apoio à democracia depois da vitória do seu candidato, do que os eleitores de Haddad, que perderam o pleito e agora se vem governados pelo algoz.

**5. Metodologia, banco de dados e variáveis**

Neste trabalho, nos valemos de uma pesquisa em painel com 6025 respostas. A utilização desse banco se justifica por que os dados em painel possibilitam analisar a variação das atitudes de um mesmo indivíduo no tempo (CUNNINGHAM, 2021), o que é útil para o caso da nossa pesquisa. Procuramos demonstrar que as atitudes dos indivíduos não são tão cristalizadas como se espera, especialmente em contexto de polarização das elites políticas. A pesquisa foi a campo no período de julho de 2018 até janeiro de 2019, em cinco momentos diferentes. O Quadro 1 apresenta o cronograma de entrevistas e o número de respondente em cada rodada.

**Quadro 1** - Cronograma de entrevistas e o número de respondente

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Rodadas | Data de trabalho de campo | Tamanho da amostra |
| Rodada 1 | Entre 6 e 21/07/2018 | 2.018 |
| Rodada 2 | Entre 10 e 19/09/ 2018 | 1.009 |
| Rodada 3 | Entre 21/09/2018 até 4/10/2018 | 1.224 |
| Rodada 4 | Entre 8 e 29/11/2018 | 957 |
| Rodada 5 | Entre 9 e 25/01/2019 | 817 |
| Total de respostas | | 6025 |

Apesar do benefício de utilizar de dados de painel, reconhecemos o limite da amostra em razão de ser uma pesquisa com entrevistas online. Como ressalta Layton et al. (2021), existe uma grande possibilidade de que estudos com amostras construídas pela internet tenda a sub-representar os cidadãos pobres sem acesso de qualidade a rede mundial de computadores. Contudo, os autores argumentam que os resultados advindos dessa amostra específica são consistentes quando replicados com outros bancos de dados com amostras domiciliares, como Barômetro das Américas. Reconhecemos as possíveis limitações, mas reforçamos que os benefícios de uma pesquisa em painel superam os custos de se ter dados que resultam de entrevistas online.

Neste trabalho analisamos as atitudes dos indivíduos em relação a democracia no contexto eleitoral de 2018. Por essa razão, utilizamos como variável dependente a pergunta: “A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo” (*ing4*), organizada numa escala de sete pontos, onde (1) representa “discorda muito” e (7) representa “concorda muito”. Nossa estratégia é analisar dois perfis de indivíduos: os eleitores de Haddad (PT) e os eleitores de Bolsonaro (PL), que na época era PSL. Assim, construímos duas *dummys*: voto em Haddad e voto em Bolsonaro, que utilizamos como variáveis independentes (*cand\_vote*).

A rodada que pesquisa os votos no primeiro e segundo turno são respectivamente 4 e 5. Como desejamos verificar se existem alterações nas atitudes dos perfis selecionados em relação a democracia, optamos por construir uma variável de tempo que recorta o período entre o antes e o depois do primeiro turno (*wave = 4*). Com isso, temos mais uma *dummy*: voto no primeiro turno. Em resumo:

**Modelo 1** = atitude sobre a democracia ~ (voto em Haddad) x (no primeiro turno)

**Modelo 2** = atitude sobre a democracia ~ (voto em Bolsonaro) x (no primeiro turno)

Conforme a literatura que mobilizamos, assumimos nesse trabalho que a questão sobre adesão a democracia (*ing4*) não é suficiente para analisar o quão democráticos são os indivíduos. Por isso, também incluímos outras duas variáveis dependentes: uma que se refere a práticas que são ou não são toleradas dentro de um regime democrático, desaprovação (1) ou aprovação (7) de manifestações legais (*polyarchy\_1\_1*) [[2]](#footnote-2), e outra sobre a confiança no resultado das eleições (*conf\_votecounting*), sendo (1) pouca e (7) muita. Essas escolhas foram intencionais. Primeiro, porque julgamos importante o contexto de 2018, com protestos favoráveis ou contrários aos candidatos que dividiam as preferências eleitorais. Inclusive vale mencionar que foi durante em uma dessas manifestações que Bolsonaro sofreu um atentado à faca, fato que teve grande repercussão nas mídias sociais dentro e fora do país. Segundo, porque o voto é uma instituição básica do método democrático. Por meio dele instituímos e destituímos governos. A partir dessas duas variáveis analisamos a tolerância política e a confiança nas regras democráticas.

Procedemos com desenho de pesquisa por diferenças de médias (diff-in-diff). Essa é uma estratégia pertinente para o caso deste artigo, porque permite observar a variação na percepção dos indivíduos sobre a democracia antes e depois do primeiro turno das eleições. Sendo assim, acompanhamos dois perfis de indivíduos no tempo: eleitores de Haddad e eleitores de Bolsonaro. A variável que mensura o voto possui dois formatos de pergunta dentro do painel. Antes do primeiro turno (rodada 4) ela questiona sobre intenção de voto (rodadas 2 e 3) e após o primeiro turno ela pergunta em quem o entrevistado votou. Assim, dividimos os perfis em grupos dois grupos:

**Quadro 2** – Grupos que serão analisados em cada perfil: (G2) eleitores que declaravam voto e votaram no candidato relatado antes do primeiro turno; (G2) eleitores que declaravam voto, mas não votaram no candidato relatado antes do primeiro turno.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Grupo 1 | Grupo 2 |
| Declaravam intenção de voto em Haddad | Eleitores que declaravam voto e votaram em Haddad no primeiro turno | Eleitores que declaravam voto, mas não votaram em Haddad no primeiro turno |
| Declaravam intenção de voto em Bolsonaro | Eleitores que declaravam voto e votaram em Bolsonaro no primeiro turno | Eleitores que declaravam voto, mas não votaram em Bolsonaro no primeiro turno |

A partir desse desenho de pesquisa, analisamos se existem diferenças entre os grupos analisados sobre atitudes democráticas. Houve mudança nas atitudes democráticas entre eleitores de Haddad e Bolsonaro após o 1º turno das eleições de 2018?

Para responder essa questão, manipulamos os dados com o auxílio do Software R. Utilizamos o pacote *plm[[3]](#footnote-3)*, que contém um conjunto de estimadores para análise de dados em painel. Realizamos uma regressão para cada perfil de eleitor sobre todas as variáveis dependentes, incluindo dentro do estimador o controle dos efeitos fixos[[4]](#footnote-4). Apresentaremos os resultados dessas regressões na próxima seção. Reportaremos para cada modelo o R2 e o Teste F de significância estatística. Para aqueles que desejam conferir os procedimentos realizados, disponibilizamos os scripts dos testes: <https://github.com/daniel-leonel-rocha/Uma_teoria_dinamica_do_apoio_-_democracia.git>.

**6. Resultados e discussão**

Nosso olhar se volta para os eleitores de Haddad (PT) e Bolsonaro, na época PSL. Queremos analisar se as atitudes desses eleitores oscilam no tempo quando provocados sobre o valor da democracia e sobre outros temas que estão correlacionados. Nesta direção, apresentamos no gráfico 1 e 2 o resultado do primeiro teste de diferença de médias. A questão investigada neste gráfico se refere ao apoio do regime democrático.

Em primeiro lugar, verificamos entre os eleitores de Bolsonaro um crescimento do apoio a democracia, em comparação com os não eleitores. Essa primeira tendência é contrária ao esperado pelo senso comum sobre o perfil dos eleitores de Bolsonaro. Em segundo lugar, verificamos entre os eleitores de Haddad uma redução do apoio a democracia, quando comparado aos não eleitores, o que também é contraintuitivo. Esse resultado ganha certa relevância se o interpretarmos a partir da chave de leitura do efeito “*Losers' Consent*” (Anderson, et. al., 2005). Quanto mais antagônica a disputa eleitoral, maior o sentimento de frustração dos eleitores cujos candidatos foram derrotados. Acreditamos que essa frustração possa se estender ao apoio a democracia.

Quando comparamos a tendência nas atitudes dos eleitores de Bolsonaro (Gráfico 1) e Haddad (Gráfico 2) para o apoio da democracia, verificamos que o primeiro obteve um crescimento de mais de 1 ponto, na escala de 1 até 7, e o segundo declinou levemente na mesma escala, demonstrando que os eleitores de Bolsonaro passaram a apoiar mais a democracia do que os eleitores de Haddad, após o primeiro turno de 2018.

**Gráfico 1** – Diferença de média entre os eleitores e não eleitores de Bolsonaro em relação a manifestação do apoio à democracia.

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

**Gráfico 2** – Diferença de média entre os eleitores e não eleitores de Haddad em relação a manifestação do apoio à democracia.

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

Vale acrescentar que o apoio da democracia, nos dois perfis de eleitores, sempre esteve acima de 5 pontos. Esse resultado não é estranho se consideramos que a palavra “democracia” ganhou uma conotação positiva nos últimos anos, se transformando numa espécie de “valor” (Sen, 1992; Inglehart, 1999). Provavelmente, essa inclinação para responder positivamente ao apoio da democracia pode camuflar tendências antidemocráticas que estejam latentes. Para avançar nesta questão, agregamos outros dois indicadores que se referem a práticas de ação coletiva que podem ou não podem ser toleradas pelos eleitores. Os gráficos 3 e 4 apresentam o teste de diferença de médias para os perfis de eleitores de Bolsonaro e Haddad sobre a desaprovação ou aprovação de manifestações legais.

**Gráfico 3** - Diferença de média entre os eleitores e não eleitores de Bolsonaro: até que ponto você (1) desaprova ou (7) aprova manifestações legais?

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

**Gráfico 4** - Diferença de média entre os eleitores e não eleitores de Haddad: até que ponto você (1) desaprova ou (7) aprova manifestações legais?

Interface gráfica do usuário, Aplicativo, Tabela, Excel

Descrição gerada automaticamente

Percebemos certa estabilidade no apoio as manifestações legais entre os eleitores de Bolsonaro, quando comparados com os não eleitores, que apresentaram uma queda. Isso não é estranho se recuperamos o histórico de manifestações de rua em favor de Bolsonaro em 2018. Importa mencionar que a presença da direita organizada nas ruas não foi um fenômeno exclusivo de 2018. Tatagiba (2018) já havia pontuado que as condições conjunturais para organização de coletivos de direita já estavam postas no período das manifestações de 2013. Caminha Rocha (2019), por sua vez, acrescenta que esses grupos de direita já estavam se organizando em plataformas digitais e em reuniões presenciais já no início da década de 2000. Como Marques e Fuks (2021) argumentam, Bolsonaro vocalizou demandas que já estavam latentes em diversos setores da sociedade. Portanto, o gráfico 3 só confirma uma tendencia que vem sendo mapeada pela literatura especializada.

Na mesma direção, vemos uma estabilidade no apoio as manifestações legais entre os eleitores de Haddad. Contudo, esse apoio está quase um ponto abaixo dos não eleitores, o que também seria contraintuitivo. A razão desse estranhamento é porque o repertório de protestos no Brasil sempre esteve associado à esquerda, no espectro político. Os últimos anos têm demonstrado que não há mais o protagonismo hegemônico da esquerda nas ruas brasileiras, o que torna mais plausível o declínio do apoio as manifestações legais entre os eleitores de Haddad. Outra explicação, que está em comum acordo com nosso argumento, é de que a derrota de Haddad tenha frustrado as expectativas dos seus eleitores e que essa frustração também tenha se estendido as atitudes em relação aos protestos. De todo modo, e de maneira objetiva, é possível que a presença real da direita nas ruas e a derrota de Haddad tenha impactado a percepção dos derrotados sobre a efetividade de um protesto de rua. Ainda assim, para ambos os eleitores, verificamos um apoio relativamente alto para o apoio as manifestações legais, sempre acima de 4 pontos.

Por fim, testamos o último indicador que se refere a confiança de que os resultados oficiais das próximas eleições presidenciais refletirão fielmente os votos que os eleitores marcarão nas urnas, sendo (1) pouca e (7) muita. Os gráficos 5 e 6 apresentam os resultados.

**Gráfico 5** - Diferença de média entre os eleitores e não eleitores de Bolsonaro: Tem confiança de que os resultados oficiais das próximas eleições presidenciais refletirão fielmente os votos que os eleitores marcarão nas urnas, (1) pouca e (7) muita.

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

**Gráfico 6** - Diferença de média entre os eleitores e não eleitores de Haddad: Tem confiança de que os resultados oficiais das próximas eleições presidenciais refletirão fielmente os votos que os eleitores marcarão nas urnas, (1) pouca e (7) muita.

Gráfico, Gráfico de linhas

Descrição gerada automaticamente

Esse é o único resultado em que encontramos uma pontuação abaixo de 5 pontos. Considerando que o voto é uma instituição básica do método democrático, chama atenção pontuações que circulam o nível de 3,5, numa escala de 1 até 7. Esses dados sugerem que a confiança nas urnas figura como um ponto fraco das regras democráticas. Embora não tenhamos elementos que expliquem a causa desse baixo indicador, ao menos conseguimos reconstruir um cenário para pensar essas atitudes. Desde a contestação dos resultados das urnas em 2014 por parte de Aécio Neves (PSDB), paira sobre o processo eleitoral uma série de dúvidas. Essa desconfiança esteve misturada as manifestações contra o governo de Dilma Rousseff (PT) entre 2015 e 2016, e depois foi realimentada por Jair Bolsonaro em 2018, na época PSL.

Apesar da confiança mediana de que os resultados eleitorais refletem fielmente os votos dos eleitores, verificamos que entre os eleitores de Bolsonaro houve um crescimento significativo na confiança em quase de 1,5 pontos na escala. Já entre os eleitores de Haddad, apesar do leve crescimento da confiança, ela ficou abaixo quando comparamos com os não eleitores. Esses resultados reforçam o argumento deste artigo sobre o efeito “*Losers' Consent*” (Anderson, et. al., 2005).

Em resumo, os dados analisados nesse artigo sugerem duas coisas. A primeira é que as atitudes em relação a democracia são passíveis de variação em um curto espaço de tempo. A segunda, é que o resultado das urnas afeta as atitudes democráticas, de maneira que, entre os vencedores, existe maior apoio, e entre os perdedores, existe menor apoio.

**7. Conclusão**

Os resultados da pesquisa permitem uma reflexão mais substantiva sobre a democracia no Brasil. Em primeiro lugar, o apoio a democracia parece, de fato, não ser uma atitude tão estável quanto se supunha, sendo suscetível a mudanças em espaços curtos de tempo, catalisadas por eventos, como o das eleições. Nesse sentido, o reservatório de legitimidade é muito mais fluído do que acreditávamos, com base em Easton. Um evento relativamente curto poderia minar as bases da legitimidade de forma mais rápida do que previsto dentro de uma teoria estática da legitimidade. Por outro lado, o contrário é verdadeiro, ou seja, a construção da legitimidade poderia ser mais célere do que as longas reposições geracionais previstas pelos autores culturalistas.

Mas o resultado mais surpreende talvez seja a direção encontrada nas mudanças observadas, com bolsonaristas se tornando mais democráticos enquanto eleitores de Haddad menos democráticos. Há duas formas de interpretar esse resultado. A primeira é que os bolsonaristas teriam, de fato, se tornado mais democráticos, apoiando a democracia como um valor normativo, inclusive seus princípios nucleares, como a participação e o procedimento eleitoral. A explicação alternativa, da qual nos filiamos, é que a democracia pode perfeitamente ser internalizada como um valor instrumental, auto interessado. Eleitores que têm seus candidatos vitoriosos e suas preferencias atendidas, tende a apoiar o regime. Quando isso deixa de acontecer, deixam de ser democratas.

Se esta última intepretação estiver correta, então temos um grave problema de mensuração a ser resolvido, inclusive em relação a perguntas referentes aos princípios democráticos, e não ao apoio direto à democracia. Nossa proposta de agenda de pesquisa é que novos surveys precisam ser conduzidos assumindo que não basta replicar as perguntas tradicionais até hoje utilizadas, mas sim do novas perguntas que consigam separar o joio do trigo, isto é, aqueles que aderem a democracia como um valor normativo, daqueles que a mobilizam para justificar seus próprios interesses.

**Referências bibliográficas**

ALMOND, G. & VERBA, S. The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

ANDERSON, C. J.; GUILLORY, C. A. “Political institutions and satisfaction with democracy: a cross-national analysis of consensus and majoritarian systems”. The American Political Science Review, vol. 91, nº 1, pp. 66-81, 1997.

ANDERSON, C. J.; LOTEMPIO, A. J. “Winning, losing and political trust in America”. British Journal of Political Science, vol. 32, nº 2, p. 335-351, 2002.

ANDERSON, C. J.; MENDES, S. M. “Learning to lose: election outcomes, democratic experience and political protest potential”. British Journal of Political Science, vol. 36, p.

91-111, 2005.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. The legitimacy puzzle: democracy and political support in eight Latin American nations. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

CUNNINGHAM, Scott. Causal inference. In: Causal Inference. Yale University Press, 2021.

DALTON, R. J. Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2004.

EASTON, D. & HESS, R.D. The child's political world. Midwest Journal of Political Science, v. 6, p. 226-251, 1962.

EASTON, D. A systems analysis of political life. New York: Wiley, 1965.

EASTON, D. & DENNIS, J. Children in political system: origins of political legitimacy.

New York: McGraw-Hill, 1969.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. Opinião Pública, v. 26, p. 401-430, 2021.

LAYTON, Matthew L. et al. Demographic polarization and the rise of the far right:

Brazil’s 2018 presidential election. Research & Politics, v. 8, n. 1, 2021.

MISHLER, W.; ROSE, R. Five years after the fall: Trajectories of support for democracy in post-communist Europe. In: NORRIS, P. (ed.). Critical citizens. Global support for democratic governance. Oxford, UK: Oxford University Press, pp. 78-103, 1999.

MISHLER, W.; ROSE, R. “Political support for incomplete democracies: realist vs. idealist theories and measures”. International Political Science Review, vol. 22, p. 303320, 2001.

NORRIS, P. Critical citizens. Global support for democratic government. Oxford, UK:

Oxford University Press, 1999.

Ortellado, P., Ribeiro, M. M., & Zeine, L. . (2022). Existe polarização política no Brasil? análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. Opinião Pública, 28(1), 62–91.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana, and LAMEIRÃO, Adriana Paz (2016), O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. Opinião Pública. Vol. 22, Nº 03, pp.

638-674.

RENNÓ, L. R., et al. Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil. Uma visão da cidadania. São Paulo/Nashville; Intermeios/Lapop, 2011.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. Dados, v. 62, 2019.

SAMUELS, David J. and ZUCCO, Cesar (2018), Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press. 196 pp.

SINGER, A. (2022), A reativação da direita no Brasil. Opinião Pública. Vol. 27, nº 3.

SINGH, S. P.; KARAKOÇ, E.; BLAIS, A. “Differentiating winners: how elections affect satisfaction with democracy”. Electoral Studies, vol. 31, nº 1, p. 201-211, 2012.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos eo impeachment de Dilma Rousseff. Lusotopie, v. 17, n. 1, p. 112-135, 2018.

ZALLER, John R. The Nature and Origins of Mass Opinion. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

1. Link de acesso a plataforma Qualtrics: [https://www.qualtrics.com.](https://www.qualtrics.com/) Link de acesso ao instituto NetQuest: [https://www.netquest.com/pt-br.](https://www.netquest.com/pt-br) [↑](#footnote-ref-1)
2. Existem outras variáveis dependentes que foram testadas no processo de redação desse artigo, mas julgamos que elas não deveriam entrar nesta versão. São elas: organização ou grupos comunitários (polyarchy\_1\_2); campanhas eleitorais (polyarchy\_1\_3); bloqueio de ruas e rodovias (polyarchy\_1\_4); invasão de propriedade (polyarchy\_1\_5). Esses temas exigiriam algumas leituras complementares que fugiriam ao escopo desse artigo. [↑](#footnote-ref-2)
3. Informações sobre o pacote *plm* pelo link: <https://cran.r-project.org/web/packages/plm/index.html>. [↑](#footnote-ref-3)
4. Utilizamos a função ***phtest*** do pacote ***plm*** para definir qual melhor modelo, se com efeitos fixos ou com efeitos aleatórios. O teste apontou que o modelo com efeitos fixos era o mais adequado. [↑](#footnote-ref-4)